Marginalidade urbana no novo milénio

Loïc Wacquant*

Resumo

Este artigo esboça uma caracterização do regime de marginalidade urbana que emergiu nas sociedades avançadas desde o fim da era fordista, destacando quatro lógicas que se combinam para gerá-lo: uma deriva macro-societal em direcção à desigualdade, a mutação do trabalho assalariado (engendrando quer a desproletarização quer a individualização), a retracção dos Estados-Providência, e a concentração espacial e estigmatização da pobreza. O surgimento desta nova marginalidade não assinala uma convergência transatlântica para o padrão americano: os subúrbios europeus da rejeição são profundamente penetrados pelo Estado e as tensões étnico-raciais no seu interior são alimentadas, não pelo crescente hiato entre imigrantes e nativos, mas pela sua cada vez maior concentração no espaço físico e social. Para enfrentarem as formas emergentes de marginalidade urbana, as sociedades têm uma tripla alternativa: podem reciclar os programas existentes do Estado-Providência, criminalizar a pobreza mediante a contenção punitiva dos pobres, ou podem instituir novos direitos sociais que extraiam os seus meios financeiros a partir do desempenho do mercado de trabalho.

1. Introdução

> *Todos os fenómenos sociais são, em certo grau, trabalho da vontade colectiva e, quem diz vontade humana, diz a escolha entre diferentes opções possíveis. (...) O domínio do social é o domínio da modalidade. (Mauss, 1929: 470)*

Este artigo analisa as modalidades mediante as quais novas formas de desigualdade e marginalidade urbana surgiram e se difundem nas sociedades avançadas do Ocidente capitalista. Este argumento desdobra-se em duas etapas.

* Centro de Sociologia Europeia do Collège de France e Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia – Berkeley. Artigo publicado em *Urban Studies*, Vol. 36, Nº 10, pp. 1639-1647, 1999.

Primeiro, esboço uma caracterização concisa do que eu entendo como sendo um novo regime de marginalidade urbana. Este regime tem sido ascendente desde sensivelmente as últimas três décadas, desde o fim da era fordista, definido pela produção industrial estandardizada, pelo consumo de massas e pelo contrato social keynesiano que une estes dois aspectos sob a tutela do Estado de bem-estar social. Contudo, a totalidade do seu impacte está ainda adiante de nós, porque o seu advento está ligado aos sectores mais avançados das nossas economias – esta é a razão por que eu me refiro a este regime como o de uma "marginalidade avançada". Identificar as características distintivas deste regime emergente de marginalidade urbana ajuda-nos a destacar o que precisamente há de novo na "nova pobreza", da qual a cidade é o lugar e a fonte.

Em segundo lugar, trato a questão que implicitamente informa ou explicitamente conduz os debates europeus sobre o ressurgimento da destituição, da divisão e da tensão na metrópole: nomeadamente, estaremos a testemunhar uma notória convergência, através do Atlântico, dos regimes de pobreza urbana? É aqui dito que não: a segregação urbana segue diferentes dinâmicas sociais e espaciais nos dois continentes. Todavia, as sociedades europeias têm de evitar as políticas públicas que isolam populações e zonas urbanas distintas, políticas que encorajam essas populações a procurarem estratégias de vida divergentes e até opostas, que podem desencadear ciclos de regressão social que se auto-reforçam e que não são diferentes dos que estão por detrás da guetização nos Estados Unidos da América.

Apesar do seu título, este artigo não é pois uma contribuição para a maçadora comemoração do "Ano 2000". É antes uma tentativa de diagnosticar as forças e formas sociais que preenchem o nosso actual mal-estar urbano e que prometem moldar a metrópole do amanhã – a não ser que exerçamos a nossa "vontade colectiva" e actuemos para apurar mecanismos e dirigir tendências para uma direcção diferente.

2. Sintomas de marginalidade avançada

O fim do século XX testemunha uma importante transformação nas raízes, na aparência e nas consequências da pobreza urbana na sociedade ocidental. A par da aceleração da modernização económica, causada pela reestruturação global do capitalismo, pela cristalização de uma nova divisão internacional do trabalho (apadrinhada pela velocidade frenética dos fluxos financeiros e de trabalhadores através de fronteiras nacionais porosas) e pelo crescimento de novas indústrias que incorporam elevados níveis de conhecimento, baseadas em tecnologias de informação revolucionárias e gerando uma estrutura ocupacional dualista, surgiu a modernização da miséria – a emergência de um novo regime de desigualdade e marginalidade urbana (para uma análise mais detalhada, ver Wacquant, 1996a).

Se a pobreza na metrópole ocidental costumava ser largamente residual ou cíclica, limitada às comunidades das classes trabalhadoras, geograficamente difusa e considerada remediável através de uma maior expansão dos mercados, ela agora parece ser cada vez mais persistente, se não permanente, desligada das tendências macroeconómicas e fixada em bairros segregados e mal afamados onde o isolamento social e a alienação se alimentam mutuamente, à medida que se aprofunda a cisão entre os que estão aí confinados e o resto da sociedade.

A consolidação deste novo regime de marginalidade urbana percorre diferentes caminhos e toma diversas formas nos países do Primeiro Mundo. Nos EUA e no Reino Unido, ela foi muito facilitada pela política de emagrecimento forçado dos Estados, seguida nas últimas duas décadas por partidos conservadores e liberais, e também foi facilitada pela rígida ou crescente separação de grupos étnicos nos grandes centros urbanos. Noutros países, com fortes Estados-Providência social-democratas ou corporativos e com cidades menos segregadas, tais como os países do norte da Europa e da Escandinávia, a nova marginalidade foi parcialmente atenuada mas não totalmente afastada. E também se tornou um tema enredado no afrontoso problema da integração dos refugiados e migrantes do Terceiro Mundo, visível na angústia ante a cristalização dos "guetos" de imigrantes que se multiplicam no continente, desde Marselha a Munique, de Bruxelas a Brindisi (ver, por exemplo, Hadjimichalis e Sadler, 1995; Mingione, 1996).

Seja qual for o rótulo usado para a designar – "subclasse" nos EUA e no Reino Unido; "nova pobreza" na Holanda, Alemanha e norte de Itália; "exclusão" em França, na Bélgica e nos países nórdicos – os sinais evidentes da nova marginalidade tornam-se imediatamente familiares mesmo para um observador desatento da metrópole ocidental: indivíduos e famílias sem-abrigo numa busca vã de protecção, mendigos nos transportes públicos exibindo perturbantes cartazes onde se narram histórias de desastres pessoais e de desamparo, bancos alimentares cheios de pessoas em busca de uma sopa, não só vagabundos mas também desempregados e sub-empregados; o recrudescer da criminalidade predatória e o aumento das economias de rua (mais frequentemente informais do que ilegais), lideradas pelo negócio das drogas; o desânimo e a raiva dos jovens relegados dos melhores postos de trabalho e a amargura dos trabalhadores mais velhos, tornados obsoletos pela desindustrialização e pela evolução tecnológica; o sentimento de retrocesso, desespero e insegurança que atravessa os bairros pobres, encerrados numa aparentemente imparável espiral descendente de deterioração; e a violência racial crescente, a xenofobia e hostilidade para com e entre os pobres. Por todo o lado, as elites estatais e os especialistas em políticas públicas mostram-se seriamente preocupados em prevenir ou conter as "desordens" que fermentam no interior e em torno dos cada vez maiores enclaves do declínio urbano e do abandono. Daí a abundante pesquisa sobre o declínio urbano e a destituição, apoiada por várias entidades nacionais e transnacionais, incluindo a Comissão Europeia (com o seu programa de pesquisa socioeconómica dirigida à exclusão e à integração), a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Económico (OCDE), e mesmo a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), do lado europeu, e grandes fundações filantrópicas, nos Estados Unidos da América (EUA).

3. Quatro lógicas estruturais alimentam a nova marginalidade

Contudo, as propriedades estruturais distintivas da "miséria modernizada" são muito menos evidentes do que as suas manifestações concretas. Esquematicamente, o regime emergente de marginalidade pode ser caracterizado como o produto de quatro lógicas que em conjunto recompõem as características da pobreza urbana nas sociedades abastadas. Estas características contrastam fortemente com os traços principais

da pobreza na era da expansão fordista, entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 70.

(i) A dinâmica macro-social: o ressurgimento da desigualdade social

A nova marginalidade urbana não resulta do atraso, da lentidão ou do declínio da economia, mas antes de uma crescente desigualdade num contexto geral de progresso económico e de prosperidade. Alegadamente, o mais intrigante atributo da nova marginalidade é o de que ela se dissemina numa era de crescimento algo caprichoso, mas sólido, que trouxe melhorias espectaculares ao bem-estar material dos membros mais privilegiados das sociedades do Primeiro Mundo. Apesar do ritual, entre os políticos, de se falar de "crise", todos os principais países capitalistas viram o seu Produto Interno Bruto (PIB) expandir-se e a riqueza colectiva crescer rapidamente nas últimas três décadas. Opulência e indigência, luxúria e penúria, abundância e privação floresceram uma a par da outra. A cidade de Hamburgo, em alguns indicadores considerada a mais rica da Europa, exibe tanto a maior proporção de milionários, como a maior incidência de ajudas por parte de entidades públicas, ao passo que a cidade de Nova Iorque alberga a mais numerosa classe alta do planeta, mas também o maior exército de sem-abrigo e destituídos do hemisfério ocidental (Mollenkopf e Castells, 1991).

Os dois fenómenos, embora aparentemente contraditórios, estão de facto ligados. Porquanto as novas formas de produtividade e busca de lucros na alta tecnologia degradaram a manufactura, e os sectores comerciais e de serviços financeiros que conduzem o capitalismo *fin-de-siècle* estão a fragmentar a força de trabalho e a polarizar o acesso ao emprego durável, bem como as recompensas geradas por ele. A modernização pós-industrial traduz-se, por um lado, na multiplicação de empregos altamente qualificados para profissionais e técnicos formados nas universidades e, por outro, na desqualificação e eliminação directa de milhões de empregos de trabalhadores não graduados (Sassen 1991; Carnoy *et al.*, 1993). Mais: actualmente, em muitos sectores, a produção e o crescimento económico sem recurso a mão-de-obra não são uma possibilidade utópica, mas uma realidade doce-amarga. Veja-se o esvaziamento virtual do porto de Roterdão, talvez o mais moderno do mundo e um grande contributo para o aumento do desemprego nesta cidade neerlandesa, cifrando-se este acima dos 20%.

Quanto mais a revigorada economia capitalista avança, mais se alarga e aprofunda o alcance da nova marginalidade, e mais se preenchem as fileiras dos que são lançados nas malhas da miséria, sem apelo nem agravo, mesmo se os níveis oficiais de desemprego baixam e o rendimento do país aumenta. Em Setembro de 1994, o organismo oficial dos Censos dos EUA registou que o nível de pobreza no país atingira os 15,1%, nível máximo dos últimos 10 anos (um surpreendente total de 40 milhões de pobres), apesar de 2 anos de robusta expansão económica. Entretanto, a União Europeia regista, até ver, um número de 52 milhões de pobres, 17 milhões de desempregados e de 3 milhões de sem-abrigo, apesar de um renovado crescimento económico e de uma melhoria na sua competitividade global.

Vista noutros termos, a marginalidade avançada parece ter sido "desconectada" das flutuações cíclicas da economia nacional. A consequência é que as melhorias no rendimento agregado e no emprego têm um efeito benéfico reduzido nas expectativas de vida nos subúrbios segregados da Europa e dos EUA, ao passo que as quebras causam mais deterioração e pressão no seu interior. A não ser que esta desconexão seja de algum modo remediada, o aumento do crescimento económico promete gerar mais desarticulação e depressão urbana entre os que são arrastados e presos no fundo da ordem urbana emergente.

(ii) A dinâmica económica: a mutação do trabalho assalariado

A nova marginalidade urbana é o subproduto de uma dupla transformação na esfera do trabalho. A primeira é quantitativa e gera a eliminação de milhões de postos de trabalho de baixas qualificações, devido à pressão combinada da automação e da competição da mão-de-obra estrangeira. A outra é qualitativa e envolve a degradação e dispersão das condições básicas, e em princípio universais, de emprego, remuneração e segurança social, uma degradação que apenas poupa os trabalhadores mais protegidos.

Desde o tempo em que Friedrich Engels escreveu o seu clássico relato sobre a condição da classe trabalhadora nas fábricas de Manchester, até à crise, volvidos 150 anos, das grandes regiões industriais do capitalismo euro-americano, foi correctamente assumido que a expansão do trabalho assalariado fornecia uma solução viável e eficaz para o problema da pobreza urbana. Sob o novo regime económico, este pressuposto é, na melhor das hipóteses, duvidoso e, na pior, literalmente errado.

Em primeiro lugar, uma fracção significativa da classe trabalhadora foi tornada redundante e integra um "excedente absoluto de população", que provavelmente jamais voltará a encontrar um trabalho regular. Dado o afrouxamento da ligação funcional entre a actividade macroeconómica e as condições sociais nos enclaves pobres das metrópoles do Primeiro Mundo, e considerando as melhorias de produtividade permitidas pela automação e computorização, nem as miraculosas taxas de crescimento podem reintegrar na força de trabalho aqueles que foram desproletarizados – quer dizer, que foram, de modo durável e imperativo, expulsos do mercado de trabalho assalariado, para serem substituídos por uma combinação de máquinas, mão-de-obra imigrante barata e trabalhadores estrangeiros (Rifkin, 1995).

Em segundo lugar, e mais importante, a natureza da relação de trabalho assalariado mudou ela própria nas últimas duas décadas, de um modo que agora já não garante uma protecção segura contra a ameaça da pobreza, mesmo para os que trabalham. Com a expansão do tempo parcial, do tempo flexível e dos trabalhos temporários que têm menos regalias, com a reaparição dos salários diferenciados, da exploração de mão-de-obra barata ("sweat-shops"), do pagamento à peça e dos salários de miséria, e com a crescente privatização de bens sociais como os serviços de saúde, o contrato de trabalho assalariado tornou-se uma fonte de fragmentação e precariedade, em vez de segurança e homogeneidade social, para aqueles confinados aos segmentos

periféricos da esfera do emprego (ver, por exemplo, European Economic Community, 1989; Mabit, 1995; MacDonald e Sirianni, 1996). Em suma, onde antes o crescimento económico e o correspondente alargamento do sector assalariado costumavam facultar o remédio universal contra a pobreza, agora eles fazem parte da doença.

(iii) A dinâmica política: a reconstrução dos Estados-Providência

A fragmentação e a des-socialização do trabalho não são os únicos factores que alimentam a ascensão da nova pobreza urbana. Assim, a par das forças do mercado, os Estados-Providência são importantes geradores e modeladores da desigualdade urbana e da marginalidade. Os Estados não se limitam a desenvolver programas e políticas destinadas a "limpar" as consequências mais visíveis da pobreza e a amortecer (ou não) o seu impacte social e espacial. Eles também ajudam a determinar quem será preterido, como, onde e por quanto tempo.

Os Estados são, por direito próprio, mecanismos maiores da estratificação, e fazem-no sobretudo na parte inferior da ordem socioespacial (Esping-Andersen, 1993): eles facilitam ou impedem o acesso a uma escolarização e formação profissional adequadas; estabelecem condições para a entrada e saída do mercado de trabalho, mediante regras administrativas de contratação, despedimento e reforma; distribuem (ou fazem-no de modo deficiente) bens de primeira necessidade, tais como habitação e prestações complementares; apoiam activamente ou impedem certas estruturas familiares e domésticas; e co-determinam quer a intensidade material, quer a densidade e exclusividade geográficas da miséria através de uma bateria de esquemas administrativos e fiscais.

A retracção e a desarticulação do Estado-Providência são duas das maiores causas da deterioração social e da destituição visíveis nas metrópoles das sociedades avançadas. Isto é particularmente óbvio nos Estados Unidos da América, onde a população abrangida por esquemas de segurança social diminuiu nas últimas duas décadas, ao passo que os programas dirigidos aos pobres sofreram cortes e se tornaram cada vez mais instrumentos de vigilância e controlo. A recente "reforma da segurança social", cozinhada pelo Congresso republicano e promulgada pelo presidente Clinton no Verão de 1996, é emblemática desta lógica (Wacquant, 1997a). Ela substitui o direito à ajuda pública pela obrigação de trabalhar, se necessário em empregos precários e a troco de salários inferiores às normas, para todas as pessoas capazes, incluindo jovens mães com filhos a seu cargo. Reduzem-se drasticamente os fundos para a assistência e cria-se um limite, para toda a vida, ao apoio social a prestar. Por fim, esta reforma transfere a responsabilidade administrativa do governo federal para os 50 Estados e respectivos condados, agravando desse modo as já existentes desigualdades no acesso às prestações sociais e acelerando a emergente privatização da política social.

Uma lógica similar de redução e de transferência de responsabilidades também esteve por detrás das modificações mais ou menos amplas dos sistemas de segurança social no Reino Unido, Alemanha, Itália e França. Mesmo os Países Baixos e os países escandinavos promoveram medidas destinadas a reduzir o acesso ao apoio público e a contrariar o crescimento dos orçamentos das políticas sociais. Em todo o lado o

"mantra" da globalização e as contenções fiscais impostas pelo Tratado de Maastricht serviram para justificar estas medidas e para desculpar o desinvestimento social nas antigas áreas de implantação da classe trabalhadora, fortemente dependentes do apoio estatal no fornecimento de bens públicos. As crescentes insuficiências dos programas nacionais de apoio social levaram as autoridades regionais e locais a instituir os seus próprios programas de apoio mais imediato (particularmente em resposta aos problemas da habitação e do desemprego de longa duração).

A irrelevância do "Estado nacional" tornou-se um lugar-comum das conversas intelectuais por todo o mundo. É moda hoje em dia lamentar a incapacidade das instituições políticas centrais para enfrentar as crescentes transformações sociais que derivam da reestruturação capitalista global. Todavia, as grandes e persistentes discrepâncias sociais, tanto na incidência e persistência da pobreza, como nos padrões de vida e na (i)mobilidade e especificidade espaciais dos pobres urbanos em diferentes países, sugerem que as notícias da morte do Estado-Providência nacional têm sido manifestamente exageradas. Em finais da década de 80, as políticas redistributivas de impostos tinham elevado o rendimento de muitos dos agregados domésticos mais pobres a níveis próximos da mediana nacional nos Países Baixos (62%) e em França (52%); na Alemanha, apenas 1/3 das famílias pobres escapou à pobreza devido ao apoio governamental, e nos Estados Unidos da América virtualmente nenhuma família escapou. A destituição extrema foi eliminada entre as crianças nos países escandinavos, ao passo que ela atinge, nos EUA, 1 em cada 6 crianças – e 1 em cada 2 crianças afro-americanas (estes dados foram retirados de McFate et al., 1995; uma perspectiva mais analítica pode ser consultada em Kangas, 1991). Os Estados fazem a diferença – isto é, fazem-na quando se importam com isso. Portanto, é imperativo trazê-los de volta ao epicentro da sociologia comparativa da marginalidade urbana, quer enquanto instituições *geradoras*, quer enquanto *remediadoras*.

(iv) A dinâmica espacial: concentração e estigmatização

Nas décadas da expansão industrial do pós-guerra, a pobreza nas metrópoles estava genericamente distribuída pelos bairros das classes trabalhadoras e tendia a afectar um segmento de trabalhadores manuais e desqualificados. Por contraste, a nova marginalidade mostra uma clara tendência para se aglomerar e fundir em torno de um "núcleo duro", de áreas "paralisadas" que são claramente identificadas – pelos seus próprios residentes, tanto ou mais do que pelos forasteiros – como abismos urbanos onde abundam a privação, a imoralidade e a violência, onde apenas os enjeitados da sociedade poderiam pensar viver.

Nantua em Filadélfia, Moss Side em Manchester, Gutleutviertel em Hamburgo, Brixton em Londres, Niewe Westen em Roterdão, Les Minguettes nos subúrbios de Lyon e Bobigny na periferia de Paris: estes entrincheirados bairros da miséria "criaram" a sua fama como repositórios de todos os males urbanos do nosso tempo, lugares a evitar, recear e amaldiçoar. Não importa muito que os discursos de demonização que cresceram em seu redor apenas tenham, frequentemente, uma ténue ligação com a realidade do seu quotidiano. Um amplo estigma territorial está firmemente aposto

sobre os residentes desses bairros do exílio socioeconómico, que acrescenta o seu peso ao vexame da pobreza e ao emergente preconceito contra as minorias étnicas e os imigrantes (uma excelente análise deste processo de estigmatização pública é feita em Damer, 1989, para o caso de Glasgow).

A par da estigmatização territorial advém uma sensível diminuição do sentido comunitário que costumava caracterizar os antigos bairros das classes trabalhadoras. Agora a vizinhança já não oferece protecção contra as inseguranças e pressões do mundo exterior; já não é um cenário familiar e firme, pleno de sentidos colectivos e formas de mutualidade. Torna-se num espaço vazio, de competição e conflito, um perigoso terreno de luta diária pela sobrevivência ou pela fuga. Este enfraquecimento dos laços comunitários de base territorial, por sua vez, alimenta uma retirada para a esfera do consumo privado e para estratégias de distanciamento ("não sou um deles"), que minam ainda mais as solidariedades locais e confirmam as percepções negativas do bairro.

Devemos permanecer alerta para a hipótese de que isto possa ser um fenómeno transitório (ou cíclico), eventualmente conduzindo a uma desconcentração ou difusão espacial da marginalidade urbana. Mas para aqueles actualmente confinados às posições inferiores do sistema hierárquico de lugares que compõem a nova ordem espacial da cidade, o futuro é agora. Em relação a isto, deve ser frisado que estes subúrbios da rejeição são criaturas das políticas estatais de habitação e de planeamento urbano e regional. Basicamente, nesse caso, o seu surgimento, consolidação e eventual dispersão são essencialmente questões políticas.

4. O espectro da convergência transatlântica

Há uma questão implícita quando se trata da deterioração das condições sociais e das expectativas de vida nas metrópoles do Velho Mundo: a de saber se o surgimento desta nova marginalidade assinala uma *aproximação* estrutural entre a Europa e os EUA, à imagem deste último país (ver, por exemplo, Cross, 1992; Musterd, 1994; van Kempen e Marcuse, 1999; Haüßerman *et al.*, no prelo). Enquadrada em termos tão simplistas, do tipo "ou/ou", a questão dificilmente permite uma resposta analiticamente rigorosa. Isto porque os regimes de marginalidade urbana são enigmas complexos e caprichosos; são compostos de conjuntos imperfeitamente articulados de mecanismos institucionais que interligam a economia e o Estado, o lugar e a sociedade, que não evoluem em uníssono e, além disso, que diferem significativamente de país para país a par das concepções e instituições nacionais da cidadania. É pois necessário, antes de mais, reformular a questão.

Se, com o termo convergência, queremos dizer uma "americanização" generalizada dos padrões urbanos de exclusão nas cidades europeias, seguindo o caminho da *guetização* do tipo da que foi imposta aos afro-americanos desde o início do século XX, quando eles afluíram às cidades (i.e. a formação de uma realidade socioespacial segmentada e paralela, servindo o duplo propósito da exploração e da ostracização de uma categoria étnico-racial delimitada), então a resposta é evidentemente negativa (Wacquant, 1996b). Contrariamente às primeiras impressões e às descrições superfi-

ciais, influenciadas pelos *media*, a reconversão da metrópole continental não despoletou um processo de guetização: não tem gerado conjuntos socioespaciais culturalmente uniformes, baseados no isolamento forçado de populações estigmatizadas em enclaves, onde essas populações criam organizações específicas de grupo – e de lugar – que substituem e duplicam o quadro institucional da sociedade envolvente, embora a um nível inferior e incompleto.

Não há um gueto turco em Berlim, um gueto árabe em Marselha, um gueto do Suriname em Roterdão ou um gueto das Caraíbas em Liverpool. Existem aglomerados residenciais ou comerciais sustentados pela afinidade étnica. A discriminação e a violência contra imigrantes (ou supostos imigrantes) são também realidades brutais da vida em todos os grandes centros urbanos da Europa (Wrench e Solomos, 1993; Björgo e White, 1993). Ao combinarem-se com a típica estratificação social assente em classes baixas e a elevada incidência da falta de empregos, isto explica a presença desproporcionada de populações de origem estrangeira nos territórios urbanos do exílio. Mas a discriminação e mesmo a segregação não significam a guetização. Essas concentrações de imigrantes, tal como se apresentam, não são o produto de um acondicionamento institucional do grupo baseado numa delimitação espacial rígida – a demonstrá-lo estão os crescentes números de casamentos inter-étnicos e da difusão espacial, à medida que os níveis de escolarização e as posições de classe melhoram (Tribalat, 1995). De facto, se alguma coisa caracteriza os subúrbios da rejeição que despontaram em todo o continente à medida que os mecanismos de reprodução da classe trabalhadora falhavam, é a sua grande heterogeneidade étnica, bem como a sua incapacidade para suprir as necessidades básicas e abranger o dia-a-dia dos seus habitantes – duas características que os tornam *anti-guetos*.

Se a convergência implica que estão agora em marcha, no continente europeu, auto-reforçados ciclos de ruptura ecológica, privação social e violência, que redundam no esvaziamento social e no abandono institucional, então de novo não há convergência, uma vez que os espaços europeus do exílio urbano se mantêm, com algumas excepções (tais como as cidades do sul de Itália), fortemente atravessados pela acção do Estado. A "triagem" e o abandono propositado de áreas urbanas, que ocorreram nas metrópoles americanas, para assim se "economizar" nos serviços públicos, são inimagináveis no contexto político europeu, dado o refinamento da monitorização burocrática do território nacional. No entanto, não há dúvidas de que a capacidade dos Estados europeus para governarem os territórios da rejeição está a ser severamente testada, e pode não se revelar à altura da tarefa, se as tendências recentes da concentração espacial de crises persistentes de emprego permanecerem irreprimíveis (Engbersen, 1997).

Finalmente, se a convergência é vista como algo que, mais modestamente, realça a crescente presença das divisões e tensões étnico-raciais nas metrópoles europeias, então a resposta é um qualificado e provisório sim, contudo com as seguintes e importantes condições. Primeiro, isto não implica necessariamente que esteja em curso um processo de "racialização" do espaço e que as sociedades do Velho Mundo esteja a assistir à formação de "minorias" enquanto comunidades étnicas mobilizadas e reco-

nhecidas na esfera pública. Segundo, o conflito étnico-racial não é um fenómeno novo nas cidades europeias: ele irrompeu repetidamente no século XIX em períodos de acelerada reestruturação social e económica – o que quer também dizer que esse conflito terá pouco de tipicamente "americano" (Moore, 1989).

Por fim, e diferentemente do padrão americano, é plausível que a contenda racial nas cidades do Velho Mundo seja fortalecida não pela crescente divisão entre imigrantes e nativos, mas antes pela sua grande proximidade no espaço físico e social. O exclusivismo étnico-nacional é uma reacção nativista a uma abrupta mobilidade descendente sofrida pela classe trabalhadora autóctone, em vez de ser a expressão de uma profunda viragem ideológica para um registo racista (ou, melhor, racialista). Apesar das pomposas declarações formais acerca da "globalização da raça", a relevância crescente da etnicidade no discurso público e na vida quotidiana da Europa é do domínio tanto de uma política de classe como de uma política de identidade.

Adenda: enfrentando a marginalidade avançada

No seu esforço de responderem às formas emergentes da marginalização urbana, os Estados-Nações têm três escolhas. A primeira opção, de tipo intermédio, consiste em reabilitar os actuais programas do Estado-Providência. Claramente, isto não é resolver o assunto, caso contrário os problemas levantados pela marginalidade avançada não seriam actualmente tão preocupantes. A segunda solução, de tipo regressivo ou repressivo, é a de criminalizar a pobreza através de uma contenção punitiva dos pobres, ou em bairros cada vez mais isolados e estigmatizados, ou em prisões. Este é o caminho tomado pelos EUA desde os tumultos da década de 60 nos guetos (Wacquant, 1997b; Rothman, 1995). Não podemos ignorar a sua influência junto de parte das classes dirigentes da Europa, mesmo tendo em conta os enormes custos sociais e fiscais envolvidos no confinamento em massa dos pobres e das populações indisciplinadas. As taxas de encarceramento aumentaram na maior parte do continente nas últimas duas décadas e a pena de prisão é uma sedutora medida de contenção das crescentes perturbações do meio urbano, mesmo nas sociedades mais liberais (Christie, 1997). Em todo o caso, para além dos poderosos obstáculos políticos e culturais a um massivo aprisionamento da miséria, que são próprios da configuração dos Estados sociais-democráticos da Europa, o confinamento punitivo também deixa incólumes as causas profundas da nova pobreza.

O terceiro caminho, progressivo, aponta para uma ampla reconstrução do Estado-Providência, que poria as suas estruturas e políticas de acordo com as emergentes condições económicas e sociais. Inovações radicais, tal como a da instituição de um salário universal do cidadão (ou de uma prestação de rendimento básico), que seria proveniente da riqueza gerada pelo trabalho, são necessárias para expandir os direitos sociais e contrabalançar os efeitos nefastos da mutação do trabalho assalariado (van Parijs, 1996). No fim de contas, esta terceira opção é a única resposta viável para o desafio que a marginalidade avançada lança às sociedades democráticas, no momento em que estas cruzam o limiar do novo milénio.

Referências bibliográficas

BJÖRGO, T. e WHITE, R. (Eds.) (1993), *Racist Violence in Europe*. Nova Iorque: St Martin's.

CARNOY, M., CASTELLS, M., COHEN, S. S. e CARDOSO, F. H. (1993), *The New Global Economy in the Information Age: Reflections on Our Changing World*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

CHRISTIE, N. (1997), *An Essay in Penal Geography*, Department of Criminology, Universitet Oslo (Manuscrtio não publicado).

CROSS, M. (Ed.) (1992), *Ethnic Minorities and Industrial Change in Europe and North America*. Cambridge: Cambridge University Press.

DAMER, S. (1989), *From Moorepark to 'Wine Alley': The Rise and Fall of a Glasgow Housing Scheme*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

ENGBERSEN, G. (1997), *In de schaduw van morgen: Stedelijke marginaliteit in Nederland*. Amesterdão: Boom.

ESPING-ANDERSEN, G. (Org.) (1993), *Changing Classes: Stratification and Mobility in Postindustrial Societies*. Newbury Park, CA: Sage.

EUROPEAN ECONOMIC COMMUNITY (1989), *Underground economy and irregular forms of employment: synthesis report and country monographs*. Bruxelas (mimeografado).

HADJIMICHALIS, C. e SADLER, D. (eds.) (1995), *Europe at the Margins: New Mosaics of Inequality*. Nova Iorque: Wiley and Sons.

HAÜßERMAN, H., KRONAUER, M. e SIEBEL, W. (orgs.), *Die Neue Armut und Exklusion in der Stadt*. Frankfurt: Suhrkamp (no prelo).

KANGAS, O. (1991), *The Politics of Social Rights*. Estocolmo: Institute for Social Research.

KEMPEN, R. VAN e MARCUSE, P. (eds.) (1999), *The New Spatial Order of Cities*. Cambridge: Blackwell.

MABIT, R. (Ed.) (1995), *Le travail dans vingt ans: Rapport de la Commission présidée par Jean Boissonnat*. Paris: Odile Jacob.

MACDONALD, C. L. e SIRIANNI, C. (eds.) (1996), *Working in the Service Economy*. Filadélfia: Temple University Press.

MAUSS, M. (1929), "Les civilisations: éléments et formes" in: *Oeuvres*, vol. 2: *Représentations collectives et diversité des civilisations* (1968). Paris: Editions de Minuit.

MCFATE, K., LAWSON, R. e WILSON, W. J. (eds.) (1995), *Poverty, Inequality, and Future of Social Policy*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.

MINGIONE, E. (Ed.) (1996), *Urban Poverty and the Underclass*. Oxford: Basil Blackwell.

MOLLENKOPF, J. H. e CASTELLS, M. (eds.) (1991), *Dual City: Restructuring New York*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.

MOORE, R. (1989) "Ethnic division and class in Western Europe" *in* R. Scase (org.), *Industrial Societies: Crisis and Division in Western Capitalism and State Socialism*, pp. 115-143. Londres: Allen and Unwin.

MUSTERD, S. (Ed.) (1994), "A Rising European Underclass?" Número especial de *Built Environment*, 20(3).

PARIJS, P. VAN (1996), *Refonder la solidarité*. Paris: Editions du Cerf.

RIFKIN, J. (1995), *The End of Work: The Decline of the Global Work Force and the Dawn of the Post-market Era*. Nova Iorque: G.P. Putnam's Sons.

ROTHMAN, D. (1995) "American criminal justice policies in the 1990s" *in* T. G. Blomberg e S. Cohen (Orgs.), *Punishment and Social Control*, pp. 29-44. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.

SASSEN, S. (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

TRIBALAT, N. (1995), *Faire France: Une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: La Découverte.

WACQUANT, L. (1996a), "The rise of advanced marginality: notes on its nature and implications", *Acta Sociologica*, 39, pp. 121-139.

WACQUANT, L. (1996b), "Red belt, black belt: racial division, class inequality and the state in the French urban periphery and the American ghetto" *in* E. Mingione (Org.) *Urban Poverty and the Underclass*, pp. 234-274. Oxford: Basil Blackwell.

WACQUANT, L. (1997a), "Les pauvres en pâture: la nouvelle politique de la misère en Amérique", *Hérodote*, 85, Spring, pp. 21-33.

WACQUANT, L. (1997b), "Vom wohltätigen Staat zum strafenden Staat: Über den politischen Umgang mit dem Elend in Amerika", *Leviathan: Zeitschrift für Social und Politikwissenschaft*, 25, pp. 50-66.

WRENCH, J. e SOLOMOS, J. (Eds.) (1993), *Racism and Migration in Western Europe*. Nova Iorque: Berg.

Tradução de Joel Felizes